

**R. DIAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ:14.275.292/0001-80 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. Senhorias às demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no sentido de recomendar a V.Sas. a aprovação desse Relatório e das respectivas Demonstrações Contábeis. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Belém, 22 de Junho de 2015.

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota explicativa		2014	2013
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6		57	12
Tributos a recuperar			2	-
Outros créditos	7		10	-
<b>Total do ativo circulante</b>			<b>69</b>	<b>12</b>
<b>Não circulante</b>				
Imobilizado líquido	8		1.898	1.972
			<b>1.898</b>	<b>1.972</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>1.898</b>	<b>1.972</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>1.967</b>	<b>1.984</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa		2014	2013
<b>Circulante</b>				
Obrigações tributárias			4	1
Contas a pagar			26	-
<b>Total do passivo circulante</b>			<b>30</b>	<b>1</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	9		1.982	1.982
Reservas de lucros			-	1
Prejuízos acumulados			(45)	-
			<b>1.937</b>	<b>1.983</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>1.967</b>	<b>1.984</b>

**Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	2014	2013
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais, administrativas e comerciais	10	(76)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais	11	41	2
<b>(=) Resultado antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(35)</b>	<b>1</b>
Imposto de Renda		(7)	-
Contribuição Social		(4)	-
<b>(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(46)</b>	<b>1</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)**

	2014	2013
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(46)</b>	<b>1</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(46)</b>	<b>1</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reserva de Lucros	Prejuízo acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.982</b>	-	-	<b>1.982</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	1	1
Constituição de reserva de lucro	-	1	(1)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.982</b>	<b>1</b>	-	<b>1.983</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(46)	(46)
Compensação de Prejuízo contábil	-	(1)	1	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.982</b>	-	<b>(45)</b>	<b>1.937</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)**

Descrição	2014	2013
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(46)</b>	<b>1</b>
<b>(+) Depreciação e amortização</b>	<b>74</b>	-
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
Outros valores a receber	(10)	-
Tributos a recuperar	(2)	-
Obrigações tributárias	3	2
Outras contas a pagar	26	-
<b>(=) Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>45</b>	<b>2</b>
Caixa no início do exercício	12	10
Caixa no final do exercício	57	12
<b>(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>45</b>	<b>2</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).**

**1. Contexto operacional** - A R. Dias Investimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, que tem por atividades a participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário como controladora ou minoritária; gestão administrativa, financeira e investimentos em empresas controladas e/ou coligadas. Tem sede na Rua dos Mundurucus, nº 3100, Edifício Metropolitan Tower, sala 2804, Bairro da Cremação, município de Belém, Estado do Pará.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 4. As emissões das demonstrações foram autorizadas pela Diretoria em 30 de abril de 2015.

**3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **(a) Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros - empréstimos e recebíveis** - A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes terceiros e partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos e empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **(d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros - Teste de impairment** - A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: \* Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; \* Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment". O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(e) Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são calculados com base no Regime Tributário de presunção, devidamente calculados s/a receita bruta de suas atividades fins e sobre outras receitas, base de tributação, conforme legislação tributária em vigor, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela trimestral excedente e a contribuição social calculada à alíquota de 9%. **(f) Imobilizado** - O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. **(g) "Impairment" de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de

um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **(h) Provisões** - São reconhecidas para obrigações presentes (legais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formaliza como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da companhia. **4. Estimativa e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a sua situação patrimonial, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que, por definição, as estimativas contábeis raramente seriam iguais aos seus efetivos resultados. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social são as seguintes: **(a) Redução ao valor recuperável de ativos** - A Administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de bens do ativo imobilizado, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela Administração na avaliação de eventual "impairment". **(b) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais** - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro: (a) Instrumentos financeiros** - Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e/ou compensar, fornecedores, empréstimos e financiamentos, tributos a recolher, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização. **(b) Risco de mercado** - As políticas de gestão de riscos da empresa incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado. **(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros** - Os resultados e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. **(d) Risco de liquidez** - O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é administrada pela gerência financeira da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é realizada mensalmente e monitorada diariamente para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **(e) Risco operacional** - A Companhia recebe assessoria de consultores externos no gerenciamento de riscos, proporcionando cobertura e proteção de seus ativos. **5.2. Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condzente com outras sociedades do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim resumidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	30	1
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.937</b>	<b>1.983</b>
Índice de alavancagem financeira	0,02	0,00

**6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	-	10
Bancos	57	2
	<b>57</b>	<b>12</b>

**7. Transações e saldos com partes relacionadas: Saldos de balanços** - Os saldos com partes relacionadas são compostos de valores registrados através de transações de contratos de mútuos junto à empresa Transdourada Navegação Ltda.:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Transdourada Navegação Ltda.	10	-	-	-
	<b>10</b>	-	-	-
<b>Representado por</b>				
Empréstimos e financiamentos - Circulante	10	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	-	-	-	-
	<b>10</b>	-	-	-